

**Um “corpo realidade como arma”:
Ocupação, resistência e a corpolítica transvestigênera de Indianarae Siqueira
e da CasaNem¹**

Fabricio Campos Longo da Silva
PPGAS Museu Nacional/UFRJ

Palavras-Chave: 1. Movimentos Sociais; 2. Transgeneridade; 3. Ativismo

Introdução

Sexta-feira, 03 de dezembro de 2021. Era o aniversário de 26 anos de Wescla e ela tinha me convidado para a celebração dois dias antes, quando tínhamos nos encontrado durante os atos na Cinelândia pelo dia internacional de luta contra o HIV/AIDS. O lugar escolhido foi o Palco Lapa, na Rua da Lapa 145, onde funciona o KuzinhaNem, o restaurante e *delivery* de comida vegana da CasaNem. A essa altura do ano, com mais de 90% da população adulta da cidade completamente imunizada contra a COVID-19, o clima de “abertura” já dominava o Rio. Ainda assim, o espaço não estava tão cheio quanto o “normal” para uma noite de sexta no bairro carioca da boemia.

No palco, uma cantora apresentava sucessos da MPB enquanto os atendentes – alguns que reconheci como sendo moradores da CasaNem – circulavam com os pedidos, devidamente mascarados. Não achei Wescla ao entrar, então subi as escadas do sobrado para o segundo andar, que não é uma área de circulação do público. Lá, ao redor de uma mesa, estavam Indianarae e mais seis pessoas, conversando, enquanto Wescla e outra moça bebiam encostadas na grade da varanda. Cumprimentei Indianarae e fui falar com a aniversariante, que disse que em breve desceríamos para cantar parabéns e tirar fotos. Fiquei um pouco mais por ali e escutei Indianarae, que dizia algo como “minha luta por mim trouxe a necessidade de uma luta pela comunidade, eu sempre vivi fora do sistema, **eu prometi que provocaria o judiciário pelo não-binarismo e aconteceu**”.

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Alguns dias antes, a popular coluna do jornalista Ancelmo Gois no jornal O GLOBO estampou a chamada: “Ação vai permitir que 47 pessoas não-binárias registrem sua identidade de gênero em cartório.”² A matéria reporta que “a maior ação de requalificação civil de não-binários da história” vai permitir que o “terceiro sexo” conste nas certidões de nascimento de 47 pessoas, número que chama a atenção porque “até o momento, só cinco pessoas no Brasil conseguiram esse direito.” Também é destaque que tal iniciativa partiu da Defensoria Pública do Rio, por meio do Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual (Nudiversis), e que “os contemplados sairão do local com uma sentença judicial em mãos que vai obrigar os cartórios a alterarem os registros de nascimento de forma imediata.” Assim, abriu-se o precedente e espera-se que a retificação de gênero como não-binário possa ser realizada em cartórios, como acontece com homens e mulheres trans.

Indianarae participou da ação e finalmente, aos 50 anos de idade, retificou seus documentos. Finalmente não porque tenham lhe faltado oportunidades, conhecimento ou contatos, considerando seus mais de 30 anos no ativismo LGBTQIAP+. Finalmente porque, como ele disse em um evento que acompanhei na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, ele “tinha feito uma promessa que só faria a retificação quando fosse acessível pra todes”. E essa frase ficou martelando em minha cabeça – naquele momento tão ocupada por esta pesquisa – por me lembrar da primeira vez em que ouvi falar sobre Indianarae e do papel central de seu próprio corpo em sua militância. A frase me tocou tanto por me lembrar da pergunta que me conduziu a este trabalho.

“A ativista trans que pode mudar o judiciário”

Indianarae Siqueira é uma pessoa *transvestigênera*³, **pluriativista**, que já se apresentou como “mulher de peito e pau” e hoje afirma ter transcendido o debate de gênero porque sua simples existência coloca em cheque o modelo binário. A primeira vez em que li alguma coisa sobre ele foi numa postagem de *blog* que falava da “ativista trans que pode mudar o judiciário” e discutia seu polêmico protesto-performance, “Meu

² Disponível em <https://blogs.oglobo.com/ancelmo/post/amp/acao-vai-permitir-que-47-pessoas-nao-binarias-registrem-sua-identidade-de-genero-em-cartorio.html>, acessado em 15/12/2021.

³ O termo, que adoto em toda a pesquisa, foi criado por Indianarae para incluir e diferenciar as identidades travesti, transexual, transgênero e agênero. É tanto um esforço pela inclusão quanto uma estratégia para navegar pelo surgimento constante de novas siglas identitárias, além das muitas mudanças, disputas e ressignificações que acontecem o tempo todo no movimento.

Peito, Minha Bandeira, Meu Direito”. A ação, extremamente simples, consistia em caminhar com os seios à mostra e, assim, denunciar a hipocrisia do sistema jurídico. Se é verdade que todos somos iguais perante a lei, porque homens cisgênero⁴ circulam sem camisa livres de importunação enquanto os mamilos femininos provocam assédio e até mesmo a intervenção policial? De acordo com Altmayer e Portinari (2017), o ato de Indianarae pode ser classificado como uma **performance estético-política de enfrentamento direto**. Ao provocar que o Estado tenha que decidir se o que vale é sua aparência feminilizada ou seu registro civil (à época, masculino), Indianarae expõe a incapacidade do sistema cisheteronormativo para lidar com a diferença.

Nós circulávamos pelo mesmo meio da militância LGBTQIA+⁵ carioca, mas foi apenas em 2014, quando fomos convidados a compor a mesa de uma plenária sobre diversidade sexual em uma universidade, que nos aproximamos. Eu uso o termo **pluriativista** porque embora ele seja uma pessoa não-binária, mais comumente associada às pautas LGBTQIA+ em geral e trans em específico, sua militância incansável vai muito além, passando pelo anticapitalismo, pela luta anticapacitista, pelo veganismo, pelo sindicalismo, pelos direitos das prostitutas, pelo feminismo, por acesso à saúde, moradia, segurança e pelo combate ao racismo. E uso o termo “incansável” com propriedade, pois é possível ver Indianarae de megafone na mão em praticamente todos os protestos e celebrações de cunho militante da cidade do Rio de Janeiro – às vezes vários num mesmo dia.

Durante o evento ele falou de sua trajetória como militante pelos direitos das prostitutas e das ações de prevenção ao HIV/AIDS nos anos 1990, sobre a criação dos grupos Filadélfia e TransRevolução, e sobre o projeto PreparaNem, um cursinho pré-vestibular que ele estava organizando para inserir pessoas *transvestigêneres* – foi a primeira vez que escutei a palavra – no ensino superior. Foi a partir desse projeto que nasceu a CasaNem, um sonho antigo que Indianarae colocou em prática ao perceber que

⁴ A cisgeneridade é a condição da pessoa cuja identidade de gênero corresponde àquela que lhe foi atribuída no nascimento. Ou seja, é o oposto de transgênero. O prefixo *cis* aparecerá associado a diversos termos ao longo da pesquisa para demarcar estruturas e normatividades que não levam em conta – ou efetivamente atacam – a vivência *trans*.

⁵ Facchini (2020) comenta que o acréscimo ou a troca de ordem das letras no acrônimo que nomeia o sujeito político do movimento não tem relação apenas com as demandas das pessoas diretamente interessadas, uma vez que “há um conjunto de atores – gestores, técnicos de políticas públicas, ativistas, empresários, pesquisadores – envolvidos em processos políticos relacionados aos direitos desses sujeitos, e a sigla poderia variar de acordo com as relações entre tais atores” (p.33). Nesse sentido, utilizo LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, travestis e transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e o + representando todas as letras de LBTT2QQAAP e afins) por ser o acrônimo mais utilizado por Indianarae durante a pesquisa. Em citações e referências outras configurações serão respeitadas.

algumas estudantes, vulnerabilizadas por causa de suas identidades de gênero ou da orientação sexual, precisavam não só de aulas e ações de inserção profissional, mas também de abrigo.

Não é incomum encontrar Indianarae discursando em universidades e meu trabalho não é o primeiro – e certamente não será o último – a falar delu. Apesar de rejeitar a formalidade acadêmica e se dizer “formade e pós-graduada na faculdade da vida”, lembrando que vive na prática aquilo que os estudos de gênero e sexualidade discutem na teoria, elu reconhece que a educação é uma das vias para diminuir a enorme vulnerabilidade dos acolhidos da CasaNem. A parceria entre as organizações de travestis e transexuais e alguns setores da academia, responsável pela popularização de terminologias, de saberes e demandas que viabilizaram a conquista de direitos, é notória. E é neste sentido que agora, enquanto aumentam as discussões sobre o gênero não-binário, opto por utilizar a linguagem neutra para falar de Indianarae e de outras pessoas n-b. Entendo que tal escolha ainda é motivo de discussão na academia, mas afirmo sua importância durante o trabalho e acredito que tanto a narrativa apresentada quanto sua personagem principal mais do que a justifica. Na verdade, duvido muito que alguém que se aventure a ler este artigo chegue às considerações finais sem concordar não apenas com a justiça, mas também com a necessidade de tal compromisso.

Nasce em Paranaguá (PR), Indianarae começou a defender direitos publicamente em 1995, quando já trabalhava como prostituta em Santos (SP). Como o Programa Municipal de DST⁶ – Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS da cidade precisava incluir travestis e mulheres prostitutas nas campanhas de prevenção, as psicólogas e agentes sociais iam às ruas falar com essas pessoas, e assim Indianarae foi se familiarizando com o programa e com os vocabulários médico e burocrático envolvidos na negociação de direitos. Como presidente do Grupo Filadélfia de Travestis e Liberados elu ganhou projeção em uma época de multiplicação de ONGs e conferências nacionais, com a emergência de pautas históricas como a do respeito ao nome social e a inclusão do Processo Transexualizador⁷ na rede pública de saúde.

A gente foi se fortalecendo. Jovanna Cardoso (Baby) brigava pelo nome social no Rio e não conseguia, aí a gente conseguiu aprovar na conferência municipal de Santos de 1996 a

⁶ A classificação utilizada atualmente é IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis.

⁷ O Processo Transexualizador é o conjunto de medidas oferecidas pelo Ministério da Saúde para ampliar o acesso de pessoas transgênero a procedimentos de hormonização, cirurgias de modificação corporal e genital, assim como acompanhamento multiprofissional.

obrigatoriedade no prontuário médico do nome social pra travestis e transexuais. Que elas fossem internadas em ala feminina ou em separado e que cônjuge LGBTQIA+ fosse considerado cônjuge de fato. Isso deu um auê na imprensa, na igreja, com as feministas radicais, aí eu deixei de ser uma pessoa anônima pra me tornar uma pessoa pública. Passei pela polêmica de ser exposta, fui ameaçada de morte em Santos, fui algemada pela polícia, tive que fugir de lá. Sou considerada oficialmente a mãe do nome social e Jovanna Baby é considerada a que iniciou essa luta toda. Aí sai de Santos, fui pra São Paulo organizar o 5º Encontro Nacional de Travestis e Transexuais em conjunto com a casa de apoio Brenda Lee, me tornei presidente do grupo Filadélfia e organizamos o encontro com 280 participantes, inclusive do exterior. Aí a luta foi crescendo, eu voltei pro Rio por conta das ameaças, me afastei e fiquei mais na luta do direito dos animais. Aí fui pro exterior, tive que sair do Brasil.⁸ (Material de campo, 2020).

A fala ilustra alguns dos momentos assinalados por Carvalho (2015) ao documentar o início das organizações de travestis no Brasil. Segundo o pesquisador, a auto-organização em resposta à violência policial nos locais de prostituição e a ação de ONGs vinculadas ao movimento homossexual ou de prevenção ao HIV/AIDS formam o binômio fundamental do movimento que posteriormente agregaria outras pautas. Em 1986, em São Paulo, a “Casa de Apoio Brenda Lee” – fundada pela travesti de mesmo nome – acolhia travestis soropositivas e/ou vítimas de violência em uma iniciativa comunitarista ainda descolada do modelo de organização política. De acordo com Jovanna Cardoso (a Jovanna Baby), foi apenas em 1992 que a Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro – ASTRAL foi formada, a partir da necessidade de organização em resposta à violência policial nos locais de prostituição da cidade. Com o projeto de prevenção à AIDS chamado “Saúde na Prostituição” reunindo as profissionais do sexo para discutir ações organizadas, o grupo conquistou um espaço seguro e um *modus operandi* que rapidamente deu frutos, culminando no primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, que viria a se chamar ENTLAIDS⁹. E a partir desse encontro surgiram o Grupo Esperança, em 1994, em Curitiba; a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS), o grupo Filadélfia, em Santos, ambos em 1995; o grupo Igualdade de Porto Alegre e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Unidas), de Aracaju, em 1999.

⁸ Trecho da entrevista concedida por Indianarae a Nô Mello, em live do projeto “Vogue Pride” no Instagram, assistida em 18/06/2020 e não mais disponível.

⁹ Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta Contra a AIDS, que posteriormente virou Encontro Nacional de Travestis e Transexuais e, em 2012, terminou como Encontro Nacional de Travestis e Transexuais na Luta Contra a AIDS.

Em 1996 o grupo Filadélfia – fundado e presidido por Indianarae – participou da Conferência Municipal de Saúde em Santos, brigando para que fosse respeitado o nome social das travestis e que, em caso de internação, as trans ficassem na ala feminina e que os companheiros de pessoas LGBT fossem considerados como cônjuges no prontuário médico. A hormonioterapia e a redesignação sexual foram rechaçadas, mas a conquista das outras demandas abriu precedente. Assim, no ENTLAIDS de 1996 o grupo já tinha se tornado referência, projetando Indianarae nacional e internacionalmente como ativista, o que deu direito à organização de levar para a capital paulistana o quinto ENTLAIDS, no ano seguinte. A articulação política através de ONGs não era novidade no movimento homossexual brasileiro, mas no caso das organizações de travestis existia a articulação com os projetos de capacitação e formação política em torno da prevenção ao HIV/AIDS. Em dezembro de 2000 a formação de uma rede nacional de ONGs de travestis e transexuais se concretiza na criação da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, que através dos encontros anuais possibilitou um diálogo crescente entre os grupos e o poder público, além da demanda de uma maior participação no próprio movimento LGBTQIA+.

A primeira participação formal das organizações de travestis em um espaço do movimento foi em 1995, durante o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, culminando na criação da ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis. O termo “travesti” passou então a fazer parte, oficialmente, da sigla, com a categoria “transexual” tendo mais presença em meados da década de 2000.

Ainda em 1997, a presença de militantes estrangeiras, especialmente a ativista franco-brasileira Camille Cabral, também influencia a entrada da categoria “transexual” no vocabulário do movimento. Neste contexto, o termo “trans” aparecia (como ainda acontece) ora como uma abreviação de “transgênero”, ora como uma abreviação de “transexual”. Foi em meio ao debate sobre transexualidade no movimento LGBT, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, que um novo termo, também importado da sexologia, é incorporado ao vocabulário militante ao lado do conceito de “orientação sexual”: a “identidade de gênero”. (CARVALHO, 2015, p. 22)

O conceito é fundamental na distinção entre travestis e transexuais – com pautas ligadas à identidade de gênero - e gays, lésbicas e bissexuais com as pautas ligadas à orientação sexual. A disponibilização das tecnologias de transgenitalização na rede pública de saúde – com cirurgias experimentais realizadas em hospitais universitários – ajuda a difundir o vocabulário médico-psiquiátrico e cria o cenário para a aliança estratégica entre as ativistas do Coletivo Nacional de Transexuais e setores da academia.

Essa aproximação não foi livre de críticas e acusações de divisionismo, e as mudanças nas políticas públicas para a população transexual – chanceladas pela academia – acabaram por consolidar a diferença entre essa identidade e a identidade travesti.

Assim, as diversas questões articuladas pelo movimento de travestis e transexuais vão do reconhecimento da identidade de gênero à despatologização da condição trans¹⁰, passando por múltiplas demandas como políticas específicas de saúde, amparo jurídico, moradia e capacitação profissional, além das denúncias relativas à violência policial, ao abandono familiar, o desemprego, a prostituição como destino, o HIV e principalmente, o sistemático assassinato de pessoas trans no “país que mais mata LGBTQIA+ no mundo”¹¹.

Nos anos 2000, enquanto a aproximação com o movimento feminista serviu de estratégia política por um lado, o potencial de mobilização da internet ajudou a denunciar as TERFs¹² e a popularizar siglas – e fissuras – desse tipo. As redes sociais – particularmente os grupos do Facebook sobre transfeminismo – também funcionam como redes de apoio, acolhimento e troca de informações, especialmente para os jovens no início da transição. Foi a partir desses grupos que termos como “cisgênero” romperam a bolha acadêmica e classificações identitárias como “não-binário” aglutinaram um número mais expressivo de pessoas. Com tantas vozes online, há também uma maior atenção à interseccionalidade¹³, fazendo com que as demandas

¹⁰ O projeto da Lei João Nery (5002/2013), de autoria dos deputados Jean Wyllys e Érika Kokay, tramita no congresso desde 2013. Batizada em homenagem ao psicólogo e ativista transmasculino João W. Nery, a lei prevê o acesso à hormonoterapia, à retificação de documentos e às cirurgias de redesignação sem a necessidade de um longo processo de avaliação médica e psiquiátrica, dentre outras demandas. O projeto nunca avançou no congresso, mas em 2018 o Supremo Tribunal Federal garantiu o direito da alteração de nome e gênero no registro civil independente de cirurgia ou diagnóstico de disforia. Na falta de boa vontade dos congressistas, o STF tem sido o caminho para o avanço de pautas LGBTQIA+ no Brasil. Em janeiro de 2022 entrou em vigor o CID-11, a nova Classificação Internacional de Doenças publicada pela Organização Mundial da Saúde, que retirou a transexualidade da categoria de distúrbio mental.

¹¹ De acordo com o Relatório Anual de Mortes Violentas de LGBTI+, compilado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo. Considerando a vulnerabilidade social mais acentuada na população trans, especialmente entre as mulheres, compulsoriamente empurradas para a prostituição, é no T da sigla que o número de assassinatos é mais visível. Em segundo e terceiro lugares estão, respectivamente, o México e os Estados Unidos.

¹² Trans Excludent Radical Feminists ou, em bom português, Feministas Radicais Trans-excludentes, que alegam que pessoas que foram designadas como homens no nascimento não sofrem o mesmo tipo de violência que as mulheres cisgênero, mesmo após a subjetivação de uma identidade feminina.

¹³ Pensado pela jurista Kimberlé Crenshaw em 1989, o conceito procura chamar a atenção para a sobreposição de identidades sociais e suas fragilidades específicas. Dentro do feminismo multirracial a questão já era discutida desde os anos 1960, mas ganhou força como conceito teórico nos anos 1990, com a teoria queer. Basicamente, a ideia é que opressões como racismo, sexismo, classismo, colonialismo, patriarcalismo, machismo, capacitismo, xenofobia, bifobia, homofobia e transfobia não agem independentemente, mas que se cruzam e inter-relacionam.

propostas e mesmo a linguagem levem em conta as diversas clivagens entre gênero, raça e classe. Assim, os transfeminismos – carregados dessas pluralidades – ajudam a ampliar os debates sobre o que é “gênero”, o que é “identidade” ou “sexualidade”, e mesmo o “ser homem” ou “ser mulher”, indo de encontro a um feminismo contemporâneo mais plural (GOMES & SORJ, 2014).

É nesse contexto que temos Indianarae Siqueira, ativista transvestigênera, desfilando em protesto durante a Marcha das Vadias¹⁴ com os seios desnudos para se colocar “fora do plano de inteligibilidade das definições usuais de gênero, se distanciando criticamente das normas e assumindo um lugar próprio, ou um não lugar” (ALTMAYER & PORTINARI, 2017, p. 302). Evidentemente que mesmo buscando uma neutralidade de gênero ele não seria capaz de não se relacionar com a norma binária, mas sua proposta é que a norma seja reconfigurada para contemplar corpos que possam ser simplesmente designados como pessoas. Não por acaso, essa demanda que simboliza a trajetória inscrita em seu próprio corpo é a filosofia do abrigo fundado por ele e a bandeira de suas incursões na política partidária.

A CasaNem é uma ONG, um abrigo, um espaço de formação, de trânsito, o centro de uma rede nacional de casas de acolhimento e um símbolo. Como relata Barbosa (2018), um episódio de transfobia ocorrido durante uma festa de carnaval na Casa Nuvem, em 2016, deu origem à CasaNem. O espaço Nuvem era um centro de *co-working* de pessoas de esquerda, gerido coletivamente para abrigar projetos culturais no boêmio bairro da Lapa. Desde agosto de 2015, semanalmente, a Nuvem abrigava os encontros do cursinho PreparaNem, e logo o interesse na visibilidade trazida por Indianarae fez com que ele também se tornasse associada do coletivo. Assim, durante a confusão no carnaval, Indianarae levantou um boicote aos eventos da Nuvem, uma vez que aquele não era mais um lugar seguro. Entretanto, as transvestigêneras do PreparaNem não ficaram satisfeitas em simplesmente abandonar o espaço, pois a Lapa é um local tradicionalmente de travestis e aquilo não poderia ficar assim. Então, no grito e no calor da revolta, o imóvel foi ocupado pelo pessoal do cursinho. Enquanto as pessoas

¹⁴ A Marcha das Vadias é um movimento que surgiu de um protesto ocorrido em Toronto, no Canadá, em 2011. Denunciando o machismo do discurso de culpabilização das mulheres vítimas de estupro e assédio, as marchas ganharam o mundo articulando as pautas da regulamentação do aborto e da laicidade do Estado. No Rio de Janeiro, Indianarae foi uma das primeiras organizadoras da Marcha, o que faz com que seja “um dos poucos movimentos feministas que levanta a pauta trans como uma de suas principais bandeiras” (BARBOSA, 2018, p. 28). Ver também GOMES & SORJ, 2014.

da Nuvem discutiam o que fazer, as fechaduras foram trocadas e a ocupação foi anunciada nas redes sociais, apontando a transfobia como justificativa. A Nuvem tinha virado a Ocupação Prepara Nem.

De acordo com o site da Casa Nuvem¹⁵, o “motivo prático” da invasão era que Indianarae “levava meses buscando um espaço para o projeto NEM, que ao mesmo tempo, lhe serviria para fortalecer sua candidatura para vereadora pelo PSOL”. Com apenas oito meses entre a ocupação do espaço e as eleições, não é de estranhar que a candidatura de Indianarae e o valor simbólico do abrigo tenham ganhado centralidade mesmo nas narrativas das pessoas da Nuvem. Como Indi me disse,

A CasaNem nasce dessa dívida que falam, dessa briga com a Casa Nuvem. Lembrando que eu era a Casa Nuvem, porque fazia parte do coletivo, né? Então é uma briga por conta de transfobia que não foi desconstruída, a gente tentou resolver a situação no diálogo, não foi possível. Então a gente ocupa o espaço, a gente já transitava no espaço e toma, e então nasce a CasaNem. A gente estava conseguindo pagar todas as dívidas corretamente, mas uma galera que ficou no ódio resolveu atacar a CasaNem, então acabava... Criava essas coisas todas, esses dossiês nas redes sociais e na minha candidatura, né? Houve muito ataque em 2016. Aí conseguimos pagar as contas até determinado tempo, mas eles esqueceram que a casa estava no nome deles no contrato e eles eram os fiadores, então assim, não ficaria dívida pra gente e assim mesmo estávamos tentando resolver. Os ataques tornaram inviável as festas e os eventos na casa. A gente fazia movimento, leilão, festa, alguma coisa pra arrecadar dinheiro pra pagar a dívida deles, que estava no nome deles, entendeu? E eles atacando, atacando, eu falei “essa galera não quer que a gente resolva essa situação”, né? Aí atacaram minha candidatura em 2016. O que as pessoas querem é que a gente baixe a cabeça e engula, e isso a gente não vai fazer. A justiça que resolva a questão. (Entrevista com Indianarae, material de campo, 2021).

A candidatura de Indianarae se insere no que Bulgarelli (2018) classifica como um momento de fusão entre a militância institucional e o ciberativismo, quando o vocabulário relacionado ao gênero, à sexualidade e aos direitos civis – formulado teórica e politicamente nos movimentos feminista e LGBTQIA+ – circulava com muita intensidade por diferentes setores da sociedade através da internet. Em um contexto de grande desilusão com a política institucional¹⁶, agravado pelo processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, o dinamismo discursivo das redes sociais fez emergir um tipo de

¹⁵ <https://www.casanuvem.com>, acessado em 30/11/12.

¹⁶ Enquanto a primeira Conferência Nacional GLBT (2008) foi marcada pelo otimismo, o clima nas conferências seguintes (2011 e 2016, quando a sigla já tinha mudado para LGBT) era de descontentamento, tanto com o governo quanto com as possibilidades de participação e demanda de direitos, com “essa forma de fazer política”. O governo Dilma era marcado pelo episódio, em 2011, do cancelamento do “kit escola sem homofobia”, mas as perspectivas em relação ao futuro pareciam ainda piores em 2016, tendo em vista o remanejamento de poderes pós-*impeachment*.

ativismo mais jovem, com forte presença de travestis, de homens e mulheres trans e pessoas intersexo mais próximas dos espaços e discussões acadêmicos, com propostas mais comunitárias e horizontais.

Assim, a campanha foi construída discursivamente desde o princípio como *necessária e representativa* para a coletividade altamente marginalizada das pessoas transvestigêneres, especialmente aquelas vivendo da prostituição e/ou em situação de rua. Embora ela já fosse bastante conhecida dentro do movimento social, com a CasaNem e sua candidatura à vereadora acontecendo quase ao mesmo tempo e com forte impulso das redes sociais, a construção e a exaltação da “Indianarae figura pública” atinge o auge, assim como os ataques à sua reputação. No fim das contas, com 6.166 votos, Indianarae não foi eleita. Não é possível afirmar que a campanha difamatória do grupo Nuvem foi responsável por esse resultado, mas cada voto era de suma importância. Além disso, a polêmica e a falta de um mandato fragilizavam a posição dela no partido.

Em nota de abril de 2019¹⁷, a Executiva Nacional do PSOL “comunica, com pesar, o desligamento de Indianarae Siqueira dos seus quadros partidários”. O texto informa que o Diretório Nacional aprovou a medida “sem nenhum voto contrário de seus 61 membros, com base em parecer da Comissão de Ética Nacional do PSOL”, e que os mesmos motivos para esse afastamento tinham levado a Executiva Estadual do PSOL/RJ a indeferir a candidatura de Indianarae no ano anterior. Afirma, ainda, que a ampla defesa foi garantida durante todo o processo e que a Comissão de Ética “dedicou esforço, tempo e cuidados máximos na apuração do caso”, resultando em um relatório de 46 páginas que apontaria “desvios de conduta ética incondizentes com a prática partidária”. Lembra que o tema merece *olhar diferenciado*, que o partido teve diversas candidaturas LGBTI em 2018 e “reconhece a transfobia estrutural da sociedade”, terminando por reafirmar o compromisso em combater sua reprodução internamente e de “promover um ininterrupto processo de formação política para o combate ao machismo, ao racismo, à LGBTfobia e a qualquer forma de opressão.” A expulsão do PSOL é um evento especialmente crítico porque ainda que o processo tenha ocorrido de maneira nebulosa e seja contestado tanto por Indianarae quanto por pessoas do próprio

¹⁷ Disponível em <https://psol50.org.br/nota-da-executiva-nacional-do-psol-sobre-o-desligamento-da-filiada-indianara-siqueira/>, acessado em 03/12/2021.

partido, a decisão implica – com chancela burocrática – que *algo* aconteceu, servindo eternamente para lançar dúvidas sobre a índole delu.

Ainda antes de tal veredicto, logicamente a relação de Indianarae com os membros do partido estava tensa, e começava a conversa sobre para onde ele poderia ir caso a expulsão acontecesse. O partido escolhido foi o PT, mas lá também existia certa resistência à filiação de uma figura tão polêmica. Foi graças a sua atuação no comitê “Volta Dilma”, denunciando o golpe sofrido pela presidenta, que Indi ganhou a confiança do setorial de mulheres e pôde articular a campanha entre essas ativistas e o setorial LGBTQIA+. Sua candidatura foi lançada oficialmente em outubro de 2020, através de um evento na Lapa – lembrando o nascimento da CasaNem e o valor simbólico do bairro para uma candidatura transvestigênere – que “desconvidava” o público por causa da pandemia do COVID-19. Apenas dois meses antes, em agosto, tinha acontecido a reintegração de posse do prédio então ocupado pela CasaNem, em Copacabana, que recebeu grande destaque na imprensa. Chamou atenção o fato de a ocupação contar com 47 pessoas – inclusive crianças – sendo despejadas durante a pandemia¹⁸, e mais uma vez as redes sociais ajudaram a repercutir as vozes da casa através das *hashtags* #CasaNemResiste e #CasaNemCasaViva. A articulação de Indianarae com o Estado fez com que a negociação ocorresse sem violência, e depois de um período alocada em uma escola pública a CasaNem ganhou o prédio que ocupa até hoje, no bairro do Flamengo, também na zona sul carioca. Assim, a casa é apresentada como o “grande legado” de Indianarae e, não por acaso, ganhou centralidade na campanha de 2020 e deu destaque à pauta da moradia, sendo o tema de várias das *lives* que ocorreram antes da eleição.

As *lives* são transmissões de vídeo em tempo real que tiveram uma explosão de popularidade durante a pandemia do coronavírus e que foram a principal via de propaganda dos candidatos, uma vez que permitem falar para um grande público. Mesmo as candidaturas de maior orçamento investiram em *lives*, mas para os candidatos menores elas foram cruciais, até porque a funcionalidade é gratuita em redes como o Instagram, o Facebook e o YouTube. Em uma *live* ainda durante a pré-candidatura, em agosto de 2021¹⁹, Indianarae falou sobre sua relação com a política partidária:

¹⁸ Como visto em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/24/justica-determina-reintegracao-de-posse-do-predio-onde-funciona-a-casa-nem-em-copacabana-no-rio.ghtml>, acessado em 03/12/2021.

¹⁹ Live promovida pelo perfil da Casa TransVivência no Instagram (www.instagram.com/casatransvivencia) em 07/08/2020. Não mais disponível.

Eu não me sinto representado porque eles não estão lá para nos representar, eles estão lá para ser um instrumento pra gente fazer políticas públicas e criar políticas publicas. Mas é obvio que os partidos políticos ainda tem a sua essência que são mais de esquerda ou de direita, então eu jamais me filiaria a um partido de direita ou de extrema direita ou de centro, pra mim teria que ser um partido de esquerda ou de extrema esquerda, né? Como ainda não temos um de extrema esquerda, então ainda estou em partidos de esquerda. Mas me sinto representando as pessoas transvestigêneres, LGBTQIA+ lá dentro porque foram essas pessoas que me pediram para fazer uma pré-candidatura novamente, disputar um cargo político e depois mais pra frente até se transformar numa candidatura. Eu represento um grupo da sociedade civil e de movimentos organizados, lembrando que eu já sou vereador suplente desde 2016. Então é isso, a gente vai usar esses instrumentos. (Material de campo, 2021).

Segundo Facchini, Carmo e Lima (2020), o reconhecimento socioestatal e a consequente disputa por recursos fez com que a delimitação de identidades ganhasse ênfase no Movimento LGBTQIA+, criando a demanda por pontes entre as classificações oficiais e as formas de autoatribuição encontradas nas bases. Com a já comentada desilusão com a política institucional que ocorre nos anos 2010, vem a desvalorização do “essencialismo estratégico”, destacando trajetórias individuais, o ciberativismo, a ação direta, as organizações e coletivos anticapitalistas. Assim, a candidatura de Indianarae – uma liderança famosa – se posiciona num momento de grande adesão, tanto na academia quanto no ativismo, ao paradigma interseccional.

A noção de lugar de fala e as categorias cisgênero e cisnormatividade são exemplos de construtos que tiveram por base a apropriação de reflexões produzidas no âmbito de estudos pós-coloniais, decoloniais e dos transgender studies e que obtiveram ampla difusão por meio de redes sociais, tornando-se centrais em debates que ultrapassaram as redes feministas e LGBT. A apropriação e a mobilização da noção de lugar de fala deslocam o modo negociado como se vinha produzindo a relação entre diferenças relativas a gênero e raça, bem como as visibilidades, colocando, (...) o corpo ao centro para autorizar ou barrar a aparição dos sujeitos. Emergem também processos de construção de um “outro não marcado”, protagonizado por sujeitos cuja visibilidade foi insistentemente negada, como no caso da produção e da mobilização das categorias cisgênero e cisnormatividade por ativistas trans. (Idem, p. 11)

Infelizmente, de novo ele não foi eleito, ficando mais uma vez como suplente. O grande ganho dessa campanha está, provavelmente, na consolidação de sua imagem para um público mais amplo, que talvez possibilite a vitória em uma candidatura futura e na divulgação de seus projetos. Assim sendo, a CasaNem é carregada de significados simbólicos que vão além de suas paredes e do abrigo que oferece para o número

relativamente pequeno de pessoas que mora ali, da mesma forma que as candidaturas de Indianarae – em 2016, em 2020 e agora em 2022, concorrendo ao cargo de deputada federal – sempre são mais do que simples campanhas eleitorais.

Um episódio que considero emblemático é o dos “corpanfletos”, quando os modestos recursos da campanha de 2016 impediram a impressão de *santinhos* em papel – ou *ateuzinhos*, como Indianarae prefere chamar – e as travestis da Lapa desfilaram pelas ruas com o número de votação delu pintado na pele. Uma ação simples, direta e carregada de simbolismo, que foi repetida em suas outras campanhas independentemente da questão financeira. O corpo, a rua, a precariedade, a generosidade, a criatividade... Tudo representa o jeito de Indianarae fazer política. O jeito como ela instrumentaliza a própria existência – e sua sobrevivência – para lutar pelas múltiplas causas que defende e, principalmente, representa.

Um corpo realidade como arma

Butler (2019) considera a reunião de corpos em assembleia nas ruas, praças e outros locais como o exercício performativo do direito de aparecer, “uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais vivíveis” (p. 31). Ela considera que as minorias sexuais e de gênero estão ligadas às populações precárias de modo mais geral, pois a precariedade é uma condição politicamente induzida. Assim, os riscos de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência se apresentam tanto para as populações que morrem de fome quanto para

...os profissionais do sexo transgêneros que têm que se defender contra a violência nas ruas e o assédio da polícia. E por vezes esses grupos são os mesmos, por outras são diferentes. Mas quando são parte da mesma população, estão ligados por sua repentina ou prolongada sujeição à condição precária, mesmo quando não querem reconhecer essa ligação. (BUTLER, 2019, p. 41)

Nesse sentido, o exercício público dos direitos de gênero é um movimento social “que depende mais fortemente das ligações entre as pessoas do que qualquer noção de individualismo” (p. 75). A filósofa propõe ainda outra chave analítica adequada à “corpólitica” de Indianarae quando pensa os protestos de rua como um desafio corporal à legitimidade do Estado, “como a persistência do corpo contra as forças que buscam a sua debilitação ou erradicação” (p. 93). A resistência é a mobilização da vulnerabilidade e da exposição, fazendo com os corpos “dispensáveis”. “matáveis” e “não passíveis de

luto” deixem as sombras para ocupar as ruas que são construídas discursivamente como pertencentes a outro público. Por isso, inspirada por Adorno, ela pergunta se é possível viver uma “vida boa” em uma “vida ruim”? E argumenta que, para esses corpos que existem com a informação de que suas vidas são dispensáveis, a resistência é o caminho. Afinal, quando os movimentos sociais reivindicam novos modos de vida, “há uma representação performativa de democracia radical nesses movimentos que sozinha pode articular o que pode significar levar uma vida boa no sentido de uma vida possível de ser vivida” (p. 239).

Quando falei com Indianarae sobre isso, ele me disse:

Se nossos corpos são políticos, vamos usar! O que eu fiz foi isso. Já que não nos aceitam enquanto mulheres, então podemos sair com os peitos de fora na rua já que somos masculinas, ou que somos homens, né? Os homens não são presos por andarem sem camisa, então não poderiam me prender. Ou então deveriam reconhecer que eu sou mulher, né? Ou que eu sou travesti, transexual, outra coisa que não homem ou mulher, mas enfim, ou era reconhecer isso ou era reconhecer a hipocrisia deles, né? E aí eles preferem sempre arquivar o processo. Eu usava meu corpo dessa maneira, então se eu sou homem posso sair com o peito de fora e vocês não podem falar nada. Ah, mas ela não quer respeito, não sei o quê? Sim, respeito é algo que não é um favor, as pessoas têm que entender que não sou eu que quero, as pessoas me DEVEM respeito, entendeu? Isso é uma obrigação da sociedade para com qualquer cidadão que viva nesse país, nesse mundo. Na realidade, não estamos falando de Brasil. Então é isso, eu uso meu **corpo realidade como uma arma**. Viva seu corpo. Se você quiser fazer mudanças corporais, faça, mas sem imposição de padrão. Nossos corpos são políticos e com eles nós faremos política e se precisar unir a outros corpos, que sejam corpos coletivamente agindo de maneira política para melhorar a sociedade. Para tornar essa sociedade menos LGBTIfóbica, para que um dia espaços como a CasaNem sejam um lugar de memória, não sejam mais necessários. (Entrevista com Indianarae, material de campo, 2021).

Preciado (2020) fala de como os processos biomorfológico e político-administrativo da transição não são convergentes. De seu pavor ao se dar conta de que seu corpo trans “não existe e nem existirá perante a lei” (p.223), pois o processo médico e jurídico da transexualização admite a travessia apenas enquanto reafirma “a verdade do regime sexual binário” (idem). O corpo trans é afirmado apenas como “espécime numa taxonomia do desvio que deve ser corrigido” (p.224), mas ele lembra que a temporalidade de seu corpo é o agora, “não se define pelo que era antes, nem pelo que se supõe que terá de ser” (ibidem). Ele diz:

Meu corpo trans é uma instituição insurgente sem constituição. Um paradoxo epistemológico e administrativo. Devir sem teologia nem referente, sua existência inexistente é a destituição ao mesmo tempo da diferença sexual e da oposição homossexual-heterossexual. Meu corpo trans volta-se contra a língua daqueles que o nomeiam para negá-lo. Meu corpo trans existe como

realidade material, como trama de desejos e práticas, e sua inexistente existência coloca tudo em xeque: a nação, o júri, o centro de internação, a psiquiatria, a fronteira, a ciência, deus. Meu corpo trans existe. (PRECIADO, 2020, pp. 224-225)

É o “corpo realidade como arma” enunciado por Indianarae, a concretude da própria existência funcionando – mesmo que involuntariamente – como um eterno ataque à norma. E também, conscientemente, a instrumentalização política disso. Fraser (2006) argumenta que os remédios afirmativos para a homofobia e o heterossexismo são associados à política de identidade **gay**, tratando a homossexualidade como uma positividade cultural que necessita apenas de reconhecimento. Em contraste, a política **queer** é transformadora por questionar a definição de homossexualidade como um correlato desvalorizado da heterossexualidade, buscando desconstruir a dicotomia homo-hétero para desestabilizar todas as identidades sexuais fixas.

Ela argumenta que a **luta por reconhecimento** é a forma paradigmática de conflito político no final do século XX, com a demanda por **reconhecimento da diferença** mobilizando as lutas de grupos organizados em torno de bandeiras como a da nacionalidade, etnicidade, raça, gênero e sexualidade em conflitos “pós-socialistas” que suplantam o interesse de classe. Ao propor uma teoria crítica do reconhecimento, a autora busca uma versão da política cultural da diferença que combine com a política social da igualdade para chegar a um quadro conceitual adequado à demanda por justiça em nossa era. Embora reconheça seu entrelaçamento, ela faz uma distinção entre a injustiça econômica – exploração, marginalização, privação – e a injustiça cultural ou simbólica – dominação cultural, ocultamento, desrespeito. Enquanto as lutas por reconhecimento procuram, em geral, demarcar as diferenças e especificidades de cada grupo, as lutas por redistribuição buscam frequentemente a **desdiferenciação** para abolir os arranjos econômicos que embasam tais especificidades. Existe uma tensão entre as demandas que a autora chama de “dilema da redistribuição-reconhecimento”, o que significa que “pessoas sujeitas à injustiça cultural e à injustiça econômica necessitam de reconhecimento e de redistribuição” (p. 233). O paradoxo da luta por **igualdade** está em sempre precisar afirmar a **diferença**.

As coisas são bem claras nas duas extremidades de nosso espectro conceitual. Quando lidamos com coletividades que se aproximam do tipo ideal da classe

trabalhadora explorada, encaramos injustiças distributivas que precisam de remédios redistributivos. Quando lidamos com coletividades que se aproximam do tipo ideal da sexualidade desprezada, em contraste, encaramos injustiças de discriminação negativa que precisam de remédios de reconhecimento. No primeiro caso, a lógica do remédio é acabar com esse negócio de grupo; no segundo caso, ao contrário, trata-se de valorizar o “sentido de grupo” do grupo, reconhecendo sua especificidade. As coisas ficam mais turvas, porém, à medida que nos afastamos das extremidades. Quando consideramos coletividades localizadas na região intermediária do espectro conceitual, encontramos tipos híbridos que combinam características da classe explorada com características da sexualidade desprezada. Essas coletividades são “bivalentes”. São diferenciadas como coletividades tanto em virtude da estrutura econômico-política quanto da estrutura cultural-valorativa da sociedade. Oprimidas ou subordinadas, portanto, sofrem injustiças que remontam simultaneamente à economia política e à cultura. Coletividades bivalentes, em suma, podem sofrer da má distribuição socioeconômica e da desconsideração cultural de forma que nenhuma dessas injustiças seja um efeito indireto da outra, mas ambas primárias e *co-originais*. Nesse caso, nem os remédios de redistribuição nem os de reconhecimento, por si sós, são suficientes. Coletividades bivalentes necessitam dos dois. (FRASER, 2006, p. 233)

Gênero e raça encontram-se nessa ambivalência, de forma que os remédios afirmativos da identidade convivem com as perspectivas transformativas, como é o caso da política queer. Embora o movimento LGBTQIA+ inclua todas essas “identidades não-hétero”, as especificidades dentro de cada letra – especialmente as relacionadas aos marcadores de gênero, raça e classe – sempre geraram tensões e dissidências que vão contra a utopia de uma suposta homogeneidade identitária. À parte das preocupações alarmistas sobre “divisionismo” ou com uma possível “fragmentação”, não se pode ignorar que os problemas enfrentados hoje por gays e lésbicas cisgênero – mesmo quando incluem a violência e o desabrigoamento – são muito distintos daqueles enfrentados por pessoas trans, trans n-b e queer.

Assim, a luta de Indianarae representa uma transformação na agenda LGBTQIA+. Não porque as “demandas marginais” de travestis ou o pluralismo dentro do movimento sejam alguma novidade, mas porque em linhas gerais os objetivos liberais articulados em torno do casamento igualitário já foram alcançados em grande parte do mundo, especialmente na Europa e nas Américas. A *visibilidade* e a

representatividade são alguns dos valores do movimento que, graças à internet e às redes sociais, fizeram repercutir as vozes que antes só encontravam espaço através de políticas públicas específicas. Logo, o que muitas vezes é denunciado com preocupação sobre a “fragmentação da comunidade” significa, na verdade, que depois de muito tempo de silenciamento o debate está amadurecido a ponto de admitir sua pluralidade.

Indianarae é uma liderança que vive em recusa aos encapsulamentos identitários, mesmo dentro da burocracia que persiste no campo dos direitos humanos no Brasil. A filosofia delu parece residir na prática política que define o seu ativismo, uma soma de “existir, resistir e persistir” que é capaz de promover a mudança. Ou seja, em uma instrumentalização da origem, do corpo e da identidade que pode ser ensinada como uma técnica de combate que visa destruir para transformar. Uma forma de “terrorismo corporal” que ataca as estruturas governamentais apenas por dizer “eu existo”.

Considerações Finais

Encerro este texto na mesma comemoração que o abriu, em uma sexta-feira de dezembro de 2021, no boêmio bairro carioca da Lapa. Entre o riso e a cantoria, Indianarae subiu ao palco para lembrar que o aniversário de Wescla, mulher trans que já fora abrigada na CasaNem, era também uma vitória política:

Eu sou Indianarae Siqueira e hoje saúdo a aniversariante do dia, a nossa querida Wescla! Ela que veio do Ceará, né, que deixa de se formar pra entrar numa campanha política em 2016, fica no Rio de Janeiro, perde o voo e a gente fala “não se preocupa, a gente vai garantir tudo isso”, depois pra terminar sua faculdade e voltar pra cá já com o diploma universitário e aqui vai se desconstruindo, vai se construindo politicamente, como ativista, tudo isso... E uma sobrevivente, né? Que ficou. Hoje está nessa cidade, está construindo políticas públicas, já foi assessora de outros vereadores como Tarcísio Motta, hoje é assessora parlamentar de Tainá de Paula, uma mulher preta bissexual. É que Wescla não é só aquela assessora protocolar, ela é aquela assessora que rompe, que obriga os mandatos a serem interseccionais. Que luta pela pauta das pessoas LGBTQIA+, mas principalmente das pessoas trans nos mandatos, no Governo do Estado também, sempre leva a nossa causa, a nossa voz bem alto. Então é uma filha de quem realmente eu me orgulho muito, que leva nossas pautas e as nossas discussões e que com certeza será também uma ótima parlamentar se um dia concorrer a um cargo público para o parlamento. Eu quero agradecer a todos que estão aqui presentes para comemorar a vida. A vida de uma pessoa trans, de 26 anos, que faz aniversário no país que mais mata transexuais no mundo! Que mais assassina pessoas LGBTQIA+ no mundo, o país mais LGBTIfóbico do mundo! Onde cada dia que nós sobrevivemos é um ato de resistência, de resiliência. (Material de campo, 2021).

Aplausos e gritos encheram o ambiente, e logo depois a cantora Deise *Tigrona* subiu ao palco, saudou Indianarae, a CasaNem e Wescla, frisando como é difícil sobreviver nesse mundo e que estamos todos na luta. Ela começou a cantar e enquanto Wescla dançava e as fatias de bolo eram distribuídas, Indianarae voltou a subir para o segundo pavimento. Sorria, mas lembrava, “aqui é muito aberto e tenho que seguir o protocolo de segurança”. E mais uma vez, mesmo depois de tantos anos de contato e de amizade e já ao fim deste trabalho, fui tomado pelo sentimento que Indianarae me inspira com mais frequência, a admiração.

Retificar o documento de identidade para “não-binária”, cumprindo a promessa de só fazer isso quando o direito estivesse acessível para todos, é simbolicamente o encerramento narrativo perfeito tanto para a carreira de Indianarae quanto para meu trabalho. Uma das coisas que me motivou a fazer esta pesquisa é o desejo expresso por Indianarae de eventualmente “se aposentar da militância”, de “passar o bastão” para as ativistas da CasaNem. Eu não arrisco dizer até que ponto isso é realmente possível, seja pelo alto grau de personalidade que conecta tão intimamente a figura pública de Indianarae a certas bandeiras, seja porque ele mesmo parece incapaz de testemunhar alguma injustiça sem partir para a ação. Ainda assim, a vontade de registrar esse momento em sua vida e sua carreira me motivou, e neste sentindo fico satisfeito em poder concluí-lo com certa esperança, mostrando que ele de fato está conseguindo conquistar muitas das coisas pelas quais vem lutando há décadas.

Apesar de ter sua vida ameaçada, a ponto de ter seus passos monitorados por um programa internacional de proteção a ativistas pelos direitos humanos, Indianarae resiste, insiste e acredita no poder da luta. No poder da resiliência. Em janeiro de 2022 ele celebrou uma das mais importantes vitórias do movimento de travestis e transexuais: o CID²⁰ 11 entrou em vigor, retirando a transexualidade da lista de doenças mentais e reclassificando a “incongruência de gênero” para a categoria de saúde sexual. Através de uma postagem em suas redes sociais, Indianarae comentou que foram muitos anos de luta por isso e que é ótimo estar viva para ver tal resultado, provando que a persistência gera frutos.

No fim das contas, a marca da luta de alguém como Indianarae é essa, a persistência. Uma persistência em sobreviver, em modificar ou não o próprio corpo de acordo com seus desejos e necessidades, em obrigar o Estado a reconhecer o valor de

²⁰ CID é a Classificação Internacional de Doenças, traduzida do original ICD em inglês.

suas demandas e dar conta delas. A história de Indianarae é repleta de violência, de transfobia, de putofobia, de confrontos com a polícia, com políticos, com pessoas cisgênero que em geral são mais ouvidas apenas por causa de um diploma ou por terem dinheiro. Mas é também uma história de esperança e de persistência porque, como ele costuma dizer, sempre vale lutar.

O instrumento de trabalho de Indianarae é o corpo. Como prostituta, foi com o corpo que ele ganhou seu sustento, viveu seus amores, viajou o mundo e até casou. Como ativista, foi através de seu corpo travestilizado que ele incomodou o sistema e ocupou espaços tradicionalmente reservados para outros tipos de pessoa, mesmo dentro da política de identidades. Eu digo que “Indianarae transforma” porque termino este trabalho transformado por ele, tanto como antropólogo quanto como ativista. Ele transforma vidas ao oferecer abrigo para pessoas LGBTQIA+ que são expulsas de casa ou do trabalho por serem como são, às vezes por terem corpos exatamente como o seu. Sua política é essa, a de “incorporar” a luta. E apesar da disparidade de poder entre alguém tão marginal e “o Estado”, a mensagem está sendo ouvida as mudanças estão acontecendo. Para todas, todos e todes. Indianarae é um corpo político travestilizado transformador que desafia os gêneros sexuais, as gramáticas de luta, a lei e a ordem. Desafia para transformar. E consegue.

Referências Bibliográficas

ALTMAYER, Carlos Guilherme Mace; PORTINARI, Denise Berruezo. As ações estético-políticas de enfrentamento direto de Indianara Siqueira, pessoa normal de peito e pau. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 7, pp. 300-312, 2017.

BARBOSA, Luiza Borges Ferraz. As meninas entraram na casa pra ficar - Corpos, marcas e narrativas: história(s) e disputas da Casa Nem. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

BULGARELLI, Lucas. Um *impeachment*, algumas *tretas* e muitos *textões*: notas sobre o movimento LGBT brasileiro pós-2010. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan, CAETANO, Marcio, FERNANDES, Marisa. (Orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. “*Muito prazer, eu existo!*” Visibilidade e Reconhecimento no Ativismo de Pessoas Trans no Brasil. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FACCHINI, Regina. De homossexuais a LGBTQIAP+: Sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. (Orgs.). *Direitos em disputa: LGBTI+ - Poder e diferença no Brasil contemporâneo*: Unicamp, 2020.

_____; CARMO, Íris Nery Do; LIMA, Stephanie Pereira. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 41, e230408, 2020.

FRASER, Nancy. Da distribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, pp. 231-239, 2006.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília-DF, vol. 29, n. 2, pp. 433-447, 2014.

PRECIADO, Paul. *Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.